

Handwritten signature



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº. 06/2017

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE RESENDE, REALIZADA EM
29.12.2017**

LOCAL: -----

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA: -----

PRESIDENTE: Jorge Cardoso Machado (PS); -----

1º SECRETÁRIO: António Silvano de Moura (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Ana Maria da Conceição Sequeira Magalhães (PS). -----

SECRETARIADO: Assistente Técnico, Paulo Jorge Vieira Correia.-----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 16h00 quando o senhor Presidente da Mesa deu início à sessão, proferindo a seguinte intervenção:-----

"Cumprimento o senhor Presidente da Câmara, Dr. Manuel Garcez Trindade, cumprimento os senhor secretários, as senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, as senhoras e senhores Deputados e cumprimento o público, a quem saúdo de forma especial, porque é sempre um prazer termos cá alguém do público a assistir a esta, que é a nossa primeira, sessão ordinária da Assembleia Municipal. Depois quero dar as boas vindas a todos os deputados, desejar obviamente um excelente mandato. Que daqui a quatro anos, os meios libertos da nossa consciência estejam em índices bem elevados. Depois uma palavra especial aos novos deputados, aqueles que deram entrada aqui pela primeira vez, e não são assim tão poucos, é metade do plenário. Quero saudá-los de forma especial e dizer-lhes que fazem parte do Órgão Central do Poder Democrático Local, a quem compete tomar as deliberações mais importantes do Município e fiscalizar as atividades do Executivo que perante este Órgão responde pelos seus atos ou pelas suas ações. É grande a nossa responsabilidade. E não foi por acaso que há cerca de dois meses juramos todos por nossa honra desempenhar com lealdade as funções que nos são confiadas, sublinho, as funções que nos são confiadas. Eu, há vinte anos atrás, perguntei a mim próprio, que funções eram essas, vindo depois a descobrir que estavam plasmadas num pequeno caderno, uma norma interna com 66 artigos que nos irá orientar ao longo destes quatro anos que é o nosso regimento. Regimento esse que peço aqueles que eventualmente ainda não consultaram, que o façam porque se não o fizerem, vão estar aqui mas se calhar não vão estar. Esse documento foi revisto em 2014 por força na entrada da Lei nº 75/ 23013 encontrando-se ainda em vigor. É de fácil consulta, é só aceder ao portal da nossa Assembleia, e aí encontraremos todas as linhas orientadoras, aquelas que nos vão iluminar ao longo

F. Marques
Cf



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deste mandato. Imaginem que, se eu não o tivesse lido, não era capaz de conduzir hoje este fórum. - -

PRESENCAS POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL: -----

PRESIDENTE: Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS); -----

VEREADORES:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD);-----

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS); -----

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PPD/PSD); -----

Maria José Rodrigues Dias (PS); -----

Maria Dulce Pereira (PPD/PSD);-----

Amadeu de Vasconcelos (PS); -----

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES: -----

O membro **António Pereira Pimenta (PPD/PSD)**, ausente por período inferior a 30 dias, conforme justificação apresentada, foi **substituído** pelo membro **José Carlos Costa Teixeira**.-----

JUSTIFICAÇÃO/INJUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

Faltaram justificadamente à sessão de instalação realizada em 23 de outubro de 2017 os membros **Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PPD/PSD)** e **Marco Sérgio da Fonseca Cardoso (PPD/PSD)**;-----

TOMADA DE POSSE DE MEMBRO QUE JUSTIFICADAMENTE FALTOU AO ATO DE INSTALAÇÃO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS PARA O PRESENTE MANDATO, OCORRIDO NO PASSADO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2017:

O Presidente da Mesa, verificada a conformidade formal do processo eleitoral e a legitimidade e identidade do eleito em causa, declarou-o investido nas suas funções:-----

Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PPD/PSD);-----

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES; -----

O senhor Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da ata da sessão ordinária realizada em 29 de setembro de 2017 e da ata da sessão de instalação realizada em 23 de outubro de 2017, uma vez que as mesmas foram distribuídas a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente foram as referidas atas colocadas à discussão e sujeitas a votação, tendo sido **ambas aprovadas por maioria, a de 29 de setembro de 2017 com 4 abstenções da bancada do PPD/PSD e 1 abstenção da bancada do CDS-PP e a de 23 de outubro de 2017 com 1 abstenção do membro Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PPD/PSD)**.-----

Furtado



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

As bancadas do PS, PPD/PSD e CDS-PP apresentam à Mesa, nos termos do disposto no artigo 51º do Regimento, a **constituição do seu Grupo Municipal**, com a respetiva indicação da sua Direção, a qual será a seguinte:-----

PS – Joaquim Alves (efetivo) e José Augusto Pinto Pereira (suplente);-----

PPD/PSD – Paulo Jorge C. Pinto Águas (efetivo) e Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (suplente);---

CDS-PP - Alberto António Pereira Dias (efetivo);-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

B.1. DISCUSSÃO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Foi apresentado e aprovado por unanimidade um voto de pesar, conjuntamente por todas as bancadas, pelo falecimento do funcionário municipal Manuel Pinto Andrade, em respeito pelos serviços prestados ao município.-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”: -----

O senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da “Ordem do Dia” constante da convocatória para a presente sessão:-----

1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO; -----

2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL; -----

3. OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA;-----

4. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE RESENDE (CPCJ) – DESIGNAÇÃO DE CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA;-----

5. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS;-----

6. CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES TÂMEGA I – BAIXO TÂMEGA – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;-----;

7. CIM – TÂMEGA E SOUSA – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL;-----

8. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 2018;-----

9. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – PONTO 3.6 – RELATÓRIO DO ORÇAMENTO – ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E DE PREÇOS;-----

10. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – “MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO

*Fiscal
Caf*



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- PLANO”;
11. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – “ISENÇÕES E REDUÇÕES DE TRIBUTOS”;
 12. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – “APOIO A ENTIDADES TERCEIRAS”;
 13. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – “APOIO ÀS COMPETÊNCIAS MATERIAIS DOS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS”;
 14. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – “ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS”;
 15. DERRAMA – PROPOSTA;
 16. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – PROPOSTA;
 17. FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – PROPOSTA;
 18. COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, E.M., S.A. – TRANSMISSÃO DE DIREITOS DE EXPLORAÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL – PROPOSTA;
 19. COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, E.M., S.A. – PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE – PROPOSTA;

Seguidamente deu-se início à discussão e votação de cada um dos assuntos incluídos neste período:

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;

Verificaram-se as seguintes intervenções:

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Manifestou disponibilidade da bancada do PPD/PSD para contribuir, ajudar e engrandecer o melhoramento do concelho de Resende, sempre que possível e necessário. Manifestou preocupação pelo facto de se verificar a perda de população pelo que iriam contribuir com propostas e medidas para inverter tal situação. Relativamente à informação de regime de não exclusividade do senhor Presidente da Câmara referiu que a bancada do PPD/PSD não concorda, por entender que para o concelho seria mais útil e proveitoso o senhor Presidente da Câmara encontrar-se disponível a tempo inteiro. Por último disse nada terem a declarar quanto à distribuição de pelouros.

Joaquim Alves (PS) – Desejou os maiores sucessos ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para o mandato. Disse que a bancada do PS concorda com a distribuição dos pelouros e que os titulares dos mesmos possuem competência para a realização de um bom trabalho. Relativamente ao regime de não exclusividade do senhor Presidente da Câmara referiu concordar com o mesmo, dado que este apenas se verifica no papel e que mesmo não estando presente o senhor Presidente da Câmara consegue a resolução de muitos problemas. Terminou desejando sucesso para o mandato ao senhor Presidente da Câmara.



Fundador
Luf

Presidente da Câmara – Desejou um bom mandato a todos os membros e aos senhores Vereadores por forma a contribuirem para a melhoria da qualidade de vida dos resendenses e por forma a inverter a referida diminuição de população que é extensível a todos os municípios, com especial enfoque no interior. Disse que três dos objetivos do atual executivo passavam por melhorar a qualidade de vida da população, proporcionar a criação de emprego estável e promover o desenvolvimento social e económico do concelho. Disse que a opção de regime de não exclusividade surge pelo simples facto de durante cerca de trinta e três anos exercer no concelho de Resende a atividade de médico pedindo compreensão pela opção uma vez que muitos dos munícipes que acompanhou, como médico, durante esses anos ainda requerem o seu acompanhamento. Deu como exemplo o acompanhamento como responsável pelos serviços de proteção civil pelo que entende que a sua disponibilidade de Presidente de Câmara verifica-se durante todos os dias do ano. Referiu que esta opção foi também já tomada no mandato anterior esclarecendo que com o regime de não exclusividade apenas auferia 50% do vencimento de Presidente de Câmara e que esta opção é legítima e cumpre a lei, sendo seu entendimento de que com esta opção não está a enganar ninguém pois a mesma já era do conhecimento público.-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.2. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência. -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Alberto António Pereira Dias (CDS-PP) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Muito boa tarde a todos, um cumprimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores vereadores, aos senhores deputados, aos senhores Presidentes de Junta e ao público presente. Ao abrigo das alíneas a) e d) do artigo segundo do Regimento desta Assembleia Municipal, solicita o CDS-PP as seguintes informações: Ponto n.º 1, solicitamos a lista dos processos judiciais a decorrer, ou transitados em julgado em qualquer instância nos dois últimos anos, em que o Município de Resende se constituiu assistente. Se se constituiu assistente é porque é parte interessada e assim agradecemos o posterior envio dessa listagem a esta bancada? Ponto n.º 2, conforme consta do mapa relativo a situação dos processos pendentes em tribunal, prevê-se a condenação do Município de Resende ao pagamento do custo de elaboração do projeto da estrada Nacional EN 222-2 que ligaria Resende e Bigorne, projeto esse que nunca saiu do papel como sabemos. Quer o CDS-PP saber qual é o montante reclamado pelo autor no respetivo processo (processo n.º 524/12.7 BEVIS). Sublinho que no ponto C8 que vamos tratar a frente nesta assembleia, e no documento lá contido designado de Anexo 1, consta uma “relação de responsabilidades contingentes” nessa relação estão enumerados diversos processos pendentes em



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Juliano
Conf*

Tribunal, mas nada lá consta sobre este processo, por isso solicitamos o devido esclarecimento. Porque julgamos que poderá ser uma quantia muito avultada que terá de despender o Município de Resende, dada a orçamentação total do projeto de construção daquela estrada. É um projeto que custaria no total milhões de euros e que, por aplicação da tabela de honorários, 7% a 10% é o valor que cobram pelo custo de elaboração de um projeto deste tipo, logo é muito dinheiro que está aqui em causa".-----

Presidente da Câmara – Referiu ter ficado com algumas dúvidas sobre o pretendido, nomeadamente aquando do referido de que "...o projeto dessa estrada é de vários milhões", manifestando estranheza pelo facto do projeto custar vários milhões, esclarecendo, todavia, que a empreitada relativa à estrada nacional 222-2 e o facto de a mesma não estar concluída se devia ao facto do Governo entender não ser esta uma empreitada prioritária. Terminou esclarecendo que iria solicitar aos respetivos serviços a informação solicitada.-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.3. OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta, subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, solicitando a autorização da Assembleia Municipal para a realização de obras ou reparação por administração direta até ao valor de 748.196,85€.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Referiu que a bancada do PPD/PSD não se iria opor, solicitando que aquando da sua utilização seja tida sensatez por considerarem o valor bastante elevado e sem sensatez poderá criar dificuldades às finanças locais.-----

Joaquim Alves (PS) – Manifestou a concordância da bancada do PS referindo que o Município possui no seu quadro de pessoal pessoas qualificadas e profissionais e que delas o Município deverá tirar proveito.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PPD/PSD e voto contra da bancada do CDS-PP), aprovar.-----

C.4. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE RESENDE (CPCJ) – DESIGNAÇÃO DE CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido remetido pela Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Resende, para designação de 4 cidadãos eleitores para integrar a comissão alargada da CPCJ.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Foram apresentados na mesa os seguintes nomes de cidadãos eleitores:-----

Pela bancada do PS – Ana Maria Sequeira Magalhães, Adão Francisco Almeida Azevedo, José



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature

Augusto Pinto Pereira e Joana Andreia Almeida Severino; -----

Pela Bancada do PPD/PSD – Tiago José Almeida Pereira, António Amadeu Pereira da Silva, António Pereira Pimenta e Kelly Cunha;-----

Concluídas as operações de votação, por escrutínio secreto, verificaram-se os seguintes resultados:-----

Deram entrada na urna 30 votos;-----

Votos na lista A: 18;-----

Votos na lista B: 11;-----

Votos em branco: 1;-----

Concluído o processo e em face das votações efetuadas, foi deliberado, por maioria, designar os seguintes cidadãos eleitores:-----

Ana Maria Sequeira Magalhães, Adão Francisco Almeida Azevedo, José Augusto Pinto Pereira e Joana Andreia Almeida Severino.-----

C.5. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a designação, de entre os Presidentes de Junta de Freguesia, o representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Foram apresentadas na mesa duas listas, uma pela bancada do PS (designada por lista A) e outra pela bancada do PPD/PSD (designada por lista B):-----

Lista A – Manuel Pinto de Almeida Chaves (Presidente da Junta de Freguesia de Paus – PS);-----

Lista B – Jorge Albino Correia Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Cárquere – PPD/PSD);--

Concluídas as operações de votação, por escrutínio secreto, verificaram-se os seguintes resultados:-----

Deram entrada na urna 30 votos;-----

Votos na lista A: 18;-----

Votos na lista B: 11;-----

Votos em branco: 1;-----

Concluído o processo e em face das votações efetuadas, foi deliberado, por maioria, designar o Presidente da Junta de Freguesia de Paus, Manuel Pinto de Almeida Chaves (PS).-----

C.6. CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES TÂMEGA I – BAIXO TÂMEGA – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;-----;

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a designação de um representante (efetivo e suplente) da Assembleia Municipal para integrar o Conselho.-----



*Felipe
Caf*

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Foram apresentadas na mesa duas listas, uma pela bancada do PS (designada por lista A) e outra pela bancada do PPD/PSD (designada por lista B):-----

Lista A – Efetivo: António Silvano de Moura; Suplente: Sara Tatiana Órfão Ferreira;-----

Lista B – Efetivo: Kelly Conceição Cunha; Suplente: Elsa Isabel Ferreira Rodrigues;-----

Concluídas as operações de votações, por escrutínio secreto, verificaram-se os seguintes resultados:-----

Deram entrada na urna 30 votos;-----

Votos na lista A: 18;-----

Votos na lista B: 11;-----

Votos em branco: 1;-----

Concluído o processo e em face das votações efetuadas, **foi deliberado, por maioria, designar os seguintes representantes:**-----

Efetivo: António Silvano de Moura (PS);-----

Suplente: Sara Tatiana Órfão Ferreira (PS).-----

C.7. CIM – TÂMEGA E SOUSA – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente uma comunicação do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, a solicitar a eleição dos representantes da Assembleia Municipal de Resende para a Assembleia Intermunicipal.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Foram apresentadas na mesa duas listas, uma pela bancada do PS (designada por lista A) e outra pela bancada do PPD/PSD (designada por lista B):-----

Lista A – Efetivos: Jorge Cardoso Machado, Joaquim Alves, Alexandra Peralta Maria Vieira e Gonçalo Nuno Pinto Dias; Suplentes: António Manuel Botelho da Silva e Luís Manuel Almeida Pinto;---

Lista B – Efetivos: Paulo Jorge Correia Pinto Águas, Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto, Tiago José de Almeida Pereira e António Amadeu Pereira da Silva; Suplentes: Elsa Isabel Ferreira Rodrigues e Kelly Conceição Cunha;-----

Concluídas as operações de eleição, por escrutínio secreto, verificaram-se os seguintes resultados:-----

Deram entrada na urna 18 votos;-----

Votos na lista A: 10;-----

Votos na lista B: 7;-----

Votos em branco: 1;-----

Concluído o processo e em face das votações efetuadas, após aplicação do método de hondt,



Handwritten signature in blue ink.

foram eleitos os seguintes representantes:-----

Efetivos: Jorge Cardoso Machado (PS); Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD);
Joaquim Alves (PS) e Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (PPD/PSD);-----

Suplentes: Alexandra Peralta Maria Vieira (PS); Tiago José de Almeida Pereira (PPD/PSD),
Gonçalo Nuno Pinto Dias (PS) e António Amadeu Pereira da Silva (PPD/PSD).-----

C.8. DOCUMENTOS PREVISIONAIS -- 2018;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2018.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Joaquim Alves (PS) – Disse tratar-se de um plano de intenções e bastante extensivo não deixando todavia de se tratar de um documento bastante ambicioso e marcado pelo Quadro Comunitário 2020 que se encontra em curso, mas que este possui bastante imperfeições e lacunas mantendo-se as incertezas relativamente às candidaturas a ele efetuadas. Referiu ser um orçamento bastante equilibrado aguardando que o atual Executivo consiga levar a bom porto todas as intenções nele plasmadas, manifestando o voto favorável da bancada do PS.-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Iniciou a sua intervenção referindo que poderão realmente ser consideradas intenções ambiciosas, referindo todavia, não entender como será aplicado o documento por forma a melhorar e contribuir para a alteração da tendência de "queda" do concelho. Disse que após analisar o documento em apreço não é suscetível a forma de como as candidaturas ao Portugal 2020 se traduzirão efetivamente em benefícios reais para o concelho de Resende, pelo que solicitou esclarecimentos relativos à intenção da realização de parcerias com Universidades e Politécnicos e de como isso se traduzirá em benefícios quer para a fixação de jovens quer em reais benefícios para a economia. Solicitou ainda esclarecimentos de quais as empresas tecnológicas que pretendem atrair para Resende e como o pretende fazer para que estas laborem no concelho. Manifestou estranheza pelo facto de alguns projetos terem já sido publicitados e assumidos e que sejam novamente referidos nos documentos, em apreço, como uma intenção, dando como exemplo, o projeto da requalificação do Seminário Menor de Resende, o qual foi já apresentado e assinado o respetivo protocolo entendendo ser este um "problema" já solucionado, solicitando informação relativa ao ponto de situação desta obra em concreto. Referiu que iguais questões poderiam ser levantadas relativamente as obras das estradas para as quais foi pedido um empréstimo e que agora aprecem mais uma vez como uma intenção. Referiu verificar-se no documento uma discrepância bastante acentuada no que concerne às transferências realizadas para algumas associações e as transferências para as Juntas de Freguesias, referindo não quer de modo algum colocar em causa a importância e as atividades desenvolvidas pelas mesmas em prol do concelho. Disse que o valor total da transferência para as Juntas de Freguesia, no montante de 60.000,00€, era um valor manifestamente baixo dando a perceção de que se estaria a limitar as ações dos senhores



*Felipe
Cruz*

Presidente de Junta, os quais possuem uma importância acrescida no que diz respeito ao acompanhamento de perto e resolução dos problemas da população, solicitando ao senhor Presidente da Câmara um esclarecimento.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que algumas intenções do mandato anterior não foram possíveis de se concretizar por diversos motivos mas que este mandato seria um mandato de continuidade. Disse fazerem parte dos objetivos do atual Executivo a melhoria progressiva da qualidade de vida das pessoas proporcionando uma maior probabilidade de se manterem no concelho com um emprego estável e sustentável para uma família e uma maior probabilidade de promoção e desenvolvimento económico do concelho. Referiu que para atingir esses objetivos o Município deveria começar por definir as estratégias e que para que se possam tornar uma realidade necessitariam sempre de apoio financeiro, que não poderia ser apenas proveniente do orçamento do Município mas também, e principalmente, dos Quadros de Apoio Comunitário e das candidaturas ao Quadro Estratégico Comum, bem como da entrada de investidores privados e o seu investimento no concelho contribuindo assim para o desenvolvimento sócio económico, para a fixação de emprego e outras melhorias para a população e território. Disse ainda que para atingir esses objetivos estaria também como opção a capacidade que o Município tem para contração de empréstimos, nomeadamente no que concerne às acessibilidades, esclarecendo que o Município possui ainda uma grande capacidade de endividamento que se situa à volta dos 13.000.000,00€, sendo este valor bastante satisfatório. Referiu, todavia, que não é intenção do atual Executivo exercer essa possibilidade, no seu todo, para não “empenhar” a Autarquia num só mandato. Disse haver a possibilidade da Autarquia ir junto dos Quadros Comunitários desenvolver projetos e candidaturas para determinados equipamentos e tipos de investimento, dando como exemplo o investimento tecnológico, esclarecendo que em anteriores Quadros Comunitários estes encontravam-se mais vocacionados para os Municípios permitindo-lhes criar estruturas e que o concelho de Resende conseguiu construir, como exemplo, pavilhões gimnodesportivos, centros comunitários e centros escolares, entre outras infraestruturas, mas que no atual momento essa situação não se verifica, acrescido da maior dificuldade por parte dos Municípios em obter essa ajuda por questões de pormenores por vezes incompreensíveis. Referiu que o concelho não possui indústria e tecnologia pelo que se deveria apostar no existente, dando o exemplo de Caldas de Aregos, que apesar de possuir balneário este carecia de uma requalificação e de modernização mas que o Município não possuía capacidade financeira para fazer valer o “valor” que lhe é atribuído. Disse que para o desenvolvimento de Caldas de Aregos e para a referida requalificação, o Executivo optou por um investidor privado e que o processo já se encontra em andamento prevendo um investimento de cerca de 7.000.000,00€. Referiu mais uma vez que a Autarquia, de igual modo como outras do País, não possui capacidade financeira para fazer o desenvolvimento económico e proporcionar criação de emprego sustentável que permita a fixação de população no concelho, lamentando o facto de ainda não ter sido aprovada a candidatura de requalificação do Matadouro Municipal de Resende que iria permitir não só o abate mas também a desmancha, embalagem, processamento da carne bem como permitir que fosse utilizado como um



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

F. Almeida
CMR

Matadouro Escola para aulas de anatomia aos alunos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, proporcionando assim o desenvolvimento de um produto do concelho, a carne de raça arouquesa, mas também proporcionar todo um desenvolvimento económico para Resende. Deu, também nota das dificuldades, tidas com a candidatura da eficiência energética para o Pavilhão Municipal Gimnodesportivo de Resende informado que esta aguarda uma decisão há já um ano. Relativamente a questão da requalificação das estradas, esclareceu que o Executivo, optou pela contração de empréstimo e que ainda se encontravam por executar dois troços pelo facto de o tempo de chuva não o permitir concluir. Por último referiu ser compreensível a colocação de questões relacionadas com as opções mas que este executivo foi eleito pela maioria dos resendenses.-----

Alberto António Pereira Dias (CDS-PP) – Proferiu a seguinte intervenção.-----

“Só para informar esta Assembleia o sentido de voto do CDS-PP que será contra. Do ponto C8 até ao C14, inclusive, votamos contra. Sabemos que quem ganha eleições deve governar, no entanto não podemos deixar de discordar com o conteúdo dos documentos constantes nestes pontos e gostaríamos de ver esclarecidas as seguintes questões: 1.ª questão – No anexo 1, dos documentos previsionais, pagina 82, no “mapa de despesas”, na rubrica 02.02.25 designada “outros serviços”, consta lá o valor de um milhão catorze mil e oitocentos euros. O valor total de “despesas correntes”, que engloba todas as despesas que constam daquele mapa incluindo o dito milhão e catorze mil euros de “outros serviços” é em números redondos nove milhões de euros, isto significa que a rubrica “outras despesas” representa, mais de 10% do total das despesas, isto para o CDS-PP representa mais uma vez opacidade e não podemos deixar passar. 2.ª questão – Relativamente ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, queremos saber em que situação se encontra aquele Plano, isto é, se está em vigor? Queremos também saber, se de acordo com o número 4 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho, que regula o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios quantos autos de notificação de incumprimento daquele artigo foram levantados nos últimos 2 anos? Também quantos desses autos tiveram o seu processo concluído, e qual o montante global das coimas aplicadas? E ainda, dos autos levantados, nos últimos 2 anos, que montantes seriam arrecadados se lhes fosse aplicada a coima à mínima? 3.ª questão – Como se verifica no anexo 1 deste ponto da ordem de trabalhos, são enumeradas naquele documento as estradas que vão ser objeto de intervenção. Aproveitamos a oportunidade para alertar, para a necessidade urgente de também se efetuar uma intervenção na estrada que liga São Cipriano a São Cristóvão, pois essa via não consta naquele Anexo 1 como estrada a ser objeto de melhoria e precisa que rapidamente sejam nela efetuadas obras de melhoria sob pena de ainda se degradar mais. Terminando, para os dados que não seja possível fornecer de imediato, solicitamos de acordo com as alíneas a) e d) do artigo 2º do referido Regimento, nos sejam facultadas as informações solicitadas, em tempo útil, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, que não exceda naturalmente a data da próxima sessão desta Assembleia Municipal”.-----

Presidente da Câmara – Solicitou a entrega das questões em formato de papel para que sejam elaboradas as respostas pretendidas pelos respetivos serviços, de modo a que a referida “opacidade”



*Propriedade
LH*

não seja uma realidade uma vez que o Executivo não quer nada "opaco". Referiu que o Plano já se encontrava em execução e que as matérias sobre as quais foram solicitados esclarecimentos não são propriamente as mais indicadas para discussão no presente ponto, lembrando que tais questões poderiam ser colocadas em Reunião do Executivo, uma vez que nas mesmas existe o período de "intervenção do público". Esclareceu que o ponto C.8 é uma votação para aprovação na generalidade dos documentos previsionais sendo que os restantes pontos serão para aprovação mas nas suas respetivas especificidades, encontrando-se esta votação prevista na legislação atual e em vigor, com o intuito de alertar para a sua importância, referindo por último reconhecer a necessidade de requalificação de outras estradas, dando nota que as próximas estradas a serem intervencionadas seriam as estradas de Carril e de Fazamões.-----

Nuno Filipe Almeida Pereira (Presidente da União das Freguesias de Felgueiras e Feirão) – Iniciou a sua intervenção desejando a todos os membros um bom ano e um bom mandato, questionando o senhor Presidente de Câmara sobre a data prevista para a requalificação da estrada do Barreiro na freguesia de Felgueiras, a qual se encontrava inserida no lote de requalificações de estradas aquando do empréstimo realizado pelo Município.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que também este assunto não dizia respeito ao documento em discussão e votação, esclarecendo todavia que antes do início de asfaltagem de qualquer estrada é necessária à elaboração de um projeto onde são tidas em conta a execução de valetas e de possíveis ramais de água e saneamento que possam eventualmente vir a serem necessários no futuro e que este tipo de intervenções, que são realizados pelos serviços por administração direta, não foram possíveis de realizar na estrada do Barreiro, esclarecendo que essa intenção se mantém e logo que possível será realizada.-----

Nuno Filipe Almeida Pereira (Presidente da União das Freguesias de Felgueiras e Feirão) – Solicitou ao senhor Presidente de Câmara para que tal intenção seja tornada realidade o mais breve possível.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PPD/PSD e voto contra da bancada do CDS-PP), aprovar.-----

C.9. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – PONTO 3.6 – RELATÓRIO DO ORÇAMENTO – ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E DE PREÇOS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, o ponto 3.6 do Relatório do Orçamento "atualização da Tabela de Taxas e de Preços", dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PPD/PSD e voto contra da bancada do CDS-PP), aprovar.-----

C.10. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A



F. J. J. J.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – “MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO”;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, o artigo 3º do Articulado de Medidas para Orientar a Execução Orçamental “Modificações ao Orçamento e as Grandes Opções do Plano”, ponto 4 dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PPD/PSD e voto contra da bancada do CDS-PP), aprovar.**-----

C.11. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – “ISENÇÕES E REDUÇÕES DE TRIBUTOS”;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, o artigo 9º do Articulado de Medidas para Orientar a Execução Orçamental “Isenções e Reduções de Tributos”, ponto 4 dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PPD/PSD e voto contra da bancada do CDS-PP), aprovar.**-----

C.12. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – “APOIO A ENTIDADES TERCEIRAS”;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, o artigo 10º do Articulado de Medidas para Orientar a Execução Orçamental “Apoios a Entidades Terceiras”, ponto 4 dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PPD/PSD e voto contra da bancada do CDS-PP), aprovar.**-----

C.13. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – “APOIO ÀS COMPETÊNCIAS MATERIAIS DOS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS”;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, o artigo 11º do Articulado de Medidas para Orientar a Execução Orçamental “Apoio às Competências Materiais dos Órgãos das Freguesias”, ponto 4 dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PPD/PSD e voto contra da bancada do CDS-PP), aprovar.**-----



*Felicitosa
Cruz*

C.14. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – “ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS”;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, o artigo 12º do Articulado de Medidas para Orientar a Execução Orçamental “Assunção de Compromissos Plurianuais”, ponto 4 dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PPD/PSD e voto contra da bancada do CDS-PP), aprovar.-----

C.15. DERRAMA – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo para o ano de 2018 a derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e isentar de derrama os sujeitos passivos com o volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (voto contra da bancada do CDS-PP), aprovar.-----

C.16. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo que a percentagem de IRS a receber em 2018 pretendida pelo Município seja fixada nos 0% (5% como dedução à coleta do IRS a favor dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho).-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.17. FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo que seja aprovada a fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2018: Prédios rústicos - 0,8%, nos termos do estipulado pelo artigo 112º, nº1, alínea a) do CIMI; Prédios urbanos - 0,45%, nos termos do estipulado pelo artigo 112º, nº1, alínea c) do CIMI, bem como que seja aprovada, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, fixar uma redução da taxa, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do

Fernando
Café



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

previsto no artigo 13º do Código do IRS compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a tabela prevista no nº13 do artigo 112º do CIMI: 1 dependente a cargo, dedução fixa em 20€; - 2 dependentes a cargo, dedução fixa em 40€; 3 ou mais dependentes a cargo, dedução fixa em 70€.

Verificaram-se as seguintes intervenções:

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Manifestou a intenção de voto contra esclarecendo que tal intenção é baseada no facto da taxa de IMI se encontrar no valor máximo.

Joaquim Alves (PS) – Referiu que os membros da assembleia de igual modo como a restante população do concelho possui habitação e que efetivamente a taxa de IMI se encontra no máximo, referindo todavia que a população deveria ter a consciência de que as fontes de receita do Município, além das transferências do Estado, são efetivamente este tipo de impostos, chamando a atenção para o facto de se ter recebido uma “prenda” quer com a derrama quer com 5% como dedução à coleta do IRS a favor dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho.

Alberto António Pereira Dias (CDS-PP) – Proferiu a seguinte intervenção:

“Só para informar esta Assembleia que o CDS-PP irá votar contra. Não concordamos com esta proposta por aplicar as taxas máximas de IMI. Achamos que o apoio às famílias aqui proposto é muito pouco. Achamos que, para demonstrar verdadeiro apoio se deveria aplicar a taxa mínima nos urbanos, isto é 0.3%, isso sim, se faria notar no bolso dos Resendenses. Isso seria uma medida de apoio direto às pessoas. Gostaria ainda de acrescentar o seguinte, de acordo com a nossa proposta irá o Município de Resende perder receita. Como todos tivemos acesso nos documentos que recebemos o orçamento será de 12 milhões de euros, dos quais cerca 5 milhões, tudo números redondos são para salários, os restantes milhões são opções de gestão. E a opção do vosso executivo é aplicar a taxa máxima 0.45%, se o CDS-PP fosse poder faria diferente. Por isso votamos contra”.

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (voto contra das bancadas do PPD/PSD e CDS-PP), aprovar.

C.18. COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, E.M., S.A. – TRANSMISSÃO DE DIREITOS DE EXPLORAÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL – PROPOSTA;

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara.

Não se verificaram quaisquer intervenções:

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção das bancadas do PPD/PSD e CDS-PP), aprovar.

C.19. COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, E.M., S.A. – PROJETO DE



Handwritten signature in blue ink.

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Referiu que a bancada do PPD/PSD, relativamente ao concurso já se encontrava devidamente esclarecida pela anterior intervenção do senhor Presidente da Câmara e que a proposta apresentada ia ao encontro daquilo que a bancada do PPD/PSD sempre defendeu, que a gestão municipal jamais seria uma solução para Caldas de Aregos. Referiu que com esta proposta se verificava a “falência de um projeto” iniciado pela bancada do Partido Socialista, manifestando a esperança que com esta resolução Caldas de Aregos possa ser efetivamente a “âncora” do concelho. Referiu que o termo “âncora” foi por diversas vezes utilizado e proferido pelo PS e que nunca foi a intenção da bancada do PPD/PSD assistir a uma “falência do projeto” que caso a bancada do PS tivesse ouvido e aceite as propostas da bancada do PPD/PSD, Aregos seria há mais anos a referida “âncora”.-----

Presidente da Câmara – Discordou com o proferido referindo que cabe ao Executivo avaliar a situação, sendo que esta decisão é uma decisão que é tomada após a passagem de vários anos, esclarecendo que a proposta não visa salvar uma “falência” mas sim proceder a uma requalificação do balneário e que para tal seria necessária capacidade financeira que o Município, à data, não dispõe, salientando que caso a tivesse, seria o próprio a assumir a responsabilidade da requalificação. Disse que a aquisição das Termas foi realizada sem qualquer encargo para o Município e que à data o responsável, Presidente de Câmara, tomou a iniciativa de aquisição por entender ser o momento propício para o fazer. Vincou a ideia de que as Termas de Caldas de Aregos apenas necessitam de intervenção para requalificação e modernização, de igual modo como outras no País que também necessitavam e o fizeram.-----

Joaquim Alves (PS) – Manifestou a concordância da sua bancada com a opção tomada pelo Executivo em “entregar” este equipamento a um investidor privado, referindo ser esta a melhor solução. Disse que o assunto em discussão era o da dissolução e liquidação da Sociedade para que a gestão passasse a ser assumida pelo Executivo e que este passo tinha de ser tomado para que o processo pudesse efetivamente ter sucesso.-----

Jorge Silvestre Pinto Madureira Duarte (Presidente da Junta de Freguesia de São João de Fontoura) – Disse que enquanto Presidente da Junta de Freguesia onde se encontrava instalado o Parque Fluvial de Porto de Rei e considerando que este equipamento com a dissolução da Sociedade da Companhia das Águas das Caldas de Aregos, E.M., S.A. passaria para a gestão da Câmara Municipal, propôs que a manutenção e gestão fosse assumida pela junta manifestando a sua disposição para o efeito.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que o assunto em apreciação e votação não era a manutenção e gestão do Parque Fluvial de Porto de Rei mas sim a dissolução da Sociedade da



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Companhia das Águas das Caldas de Aregos.-----

Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PPD/PSD) – Disse que se em vários momentos nesta Assembleia, hoje e em outras, foi dito que o maior motivo para todo este processo das Termas de Caldas de Aregos é a requalificação do balneário termal, perguntava ao senhor Presidente da Câmara se foi ou não um dos motivos pelo qual este Município, no momento da aquisição a um privado, justificou a sua compra ou a sua transmissão? Foi ou não foi a requalificação termal uma das justificações para este negócio? Se foi, porque é que depois de todos estes anos estamos com esta conversa?-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que a requalificação foi efetivamente realizada após a sua aquisição mas que, atualmente, o balneário das termas carece não só de uma nova requalificação mas também da sua modernização, sendo que estas ascendem a cerca de dois milhões de euros e que o Município não possui essa capacidade financeira.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (abstenção das bancadas do PPD/PSD e CDS-PP), aprovar.**-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, **o que foi aprovado por unanimidade**, e deu por encerrada a reunião, eram 19h30. -----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental lportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Assembleia Municipal, subpasta Ano 2017.-----

Jorge Cardoso Machado

Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Jorge Vieira Correia

Assistente Técnico